

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (semana de 11 a 15/05/2020):

1. PARLAMENTO EUROPEU - SESSÃO PLENÁRIA	1
Quadro Financeiro Plurianual 2021-27 e Plano de Recuperação	1
Hungria e COVID-19: Debate sobre as ameaças aos valores fundamentais da UE	2
Aplicações de rastreio de contactos para combater a propagação da COVID-19	2
2. COMISSÃO EUROPEIA COVID-19 TURISMO E VIAGENS	3
3. SURE - ACORDO POLÍTICO ALCANÇADO	4
4. TRIBUNAL CONSTITUCIONAL ALEMÃO - DECISÃO SOBRE O BCE	4
5. TRANSIÇÃO DIGITAL	5
Acto legislativo sobre os Serviços Digitais (Digital Services Act)	5
Inteligência artificial	5
6. PARLAMENTO EUROPEU - COMISSÕES	5
REGI- Política Regional	5
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	6
Reunião dos Ministros da Saúde	6
Reunião dos Ministros da Defesa	6
Reunião dos Ministros da Agricultura e Pescas	6
Reunião dos Ministros da Indústria e Mercado Interno	6
Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros	6
Eurogrupo	6
8. BREXIT	7
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	7
Conselho da União Europeia	7

1. PARLAMENTO EUROPEU - SESSÃO PLENÁRIA

Realizou-se em Bruxelas, de [13 a 16 de maio](#), em [condições específicas](#), e [destacamos](#):

Quadro Financeiro Plurianual 2021-27 e Plano de Recuperação

Antes da votação da [resolução sobre este tema](#), cujo teor importa ter presente para aferir o posicionamento do PE na aprovação futura destas propostas, teve lugar um [debate](#) sobre as propostas que a Comissão Europeia deverá apresentar (previsivelmente) no dia 20 de maio. Foi, igualmente, aprovada uma [resolução apelando a um plano de contingência para a eventualidade de o QFP 2021-27](#) não ser aprovado a tempo de entrar em vigor a 1 de janeiro de 2021.

O Presidente do Conselho Europeu, [Charles Michel](#), [participou no debate para avaliar os resultados da cimeira de 23 de abril](#), estando a sua [intervenção](#) disponível.

No seu [discurso inicial](#), a Presidente da Comissão referiu que, além do QFP 2021-27, haverá um *“Instrumento de Recuperação, financiado através de uma margem de manobra mais ampla (...) que fixa o montante máximo do financiamento que a Comissão pode angariar contraindo empréstimos nos mercados de capitais com a garantia dos Estados-Membros”*. Além disso, sublinhou que *“a totalidade dos fundos para a recuperação será canalizada através de programas da UE.”* Este instrumento terá três pilares:

i) Ferramenta de recuperação e resiliência: financiar o investimento público e as reformas alinhadas com as prioridades europeias de transição para a neutralidade climática e digital. Este pilar será a parte mais substancial do novo Instrumento, incidirá no apoio aos Estados-Membros, no âmbito do Semestre Europeu, e estará disponível para todos os países, centrado nas regiões da UE que foram mais afetadas e onde as necessidades a nível da resiliência são maiores. Neste âmbito, a Comissão **irá propor uma coesão adicional**, cujo valor será superior ao envelope habitual da coesão no âmbito do QFP e será atribuído com base na gravidade dos impactos económicos e sociais da crise.

ii) Relançamento da economia e estímulo à retoma do investimento privado: reforço do programa [InvestEU](#) e criação de uma nova **Facilidade para Investimentos Estratégicos**, orientada o investimento em cadeias de valor fundamentais, cruciais para a resiliência e autonomia estratégica futuras, nomeadamente no setor farmacêutico.

iii) Retirar os ensinamentos mais imediatos da crise: reforço dos programas que demonstraram o seu valor durante a crise ([RescEU](#) ou o [Horizonte Europa](#)) e será criado **um novo programa específico no domínio da saúde**.

Intervieram os eurodeputados portugueses [Lídia Pereira \(PPE\)](#), [Pedro Marques \(S&D\)](#) e [Pedro Silva Pereira \(S&D\)](#).

A [resolução aprovada pelo PE](#) sobre o quadro financeiro plurianual (QFP), os recursos próprios e o plano de recuperação (505 votos a favor, 119 contra e 69 abstenções), considera que **o Fundo de recuperação deve ser complementar ao orçamento de longo prazo da UE** e não pode ser um motivo para a sua redução, que a Comissão **deve abster-se de utilizar “engenharia financeira” e multiplicadores duvidosos** e que o pacote **seja desembolsado principalmente através de subvenções**.

Além disso, o PE reitera a sua posição sobre os [novos recursos próprios](#) dando nota que, se os Estados-Membros não aceitarem a sua criação, devem estar preparados para aumentar as suas contribuições diretas para o orçamento comunitário baseadas no rendimento nacional bruto.

Em termos do posicionamento dos Estados-Membros sobre o que deverá vir a ser este Fundo de Recuperação, o Político [reportou esta semana](#) sobre uma nota que terá sido enviada informalmente à Presidente da Comissão Europeia por 6 Estados-Membros (França, Itália, Espanha, **Portugal**, Grécia e Chipre) com alguns elementos-chave que gostariam de ver refletidos na proposta. Pode ler-se que o Fundo de Recuperação deve ser de uma **dimensão adequada** e dirigido aos **setores e áreas geográficas mais afetados**, tendo como missão salvaguardar o mercado interno e evitar a disrupção das cadeias de valor na UE. Acrescenta-se que, em termos de dimensão, **deverá ser entre 1 e 1,5 biliões de euros**, com capacidade de financiamento junto dos mercados e que uma parte muito substancial deverá ser sob a forma de **subvenções**. A Comissão Europeia deve apresentar um **instrumento financeiro que permita o financiamento nos mercados com maturidades muito longas**, de modo diluir os custos no tempo. Finalmente, consideram que devem ser incluídos mecanismos de *frontloading*, ou seja, que o Fundo esteja disponível, o mais tardar, em **setembro de 2020**. Além desta posição, também a Polónia circulou um [non paper](#) com as suas posições.

Hungria e COVID-19: Debate sobre as ameaças aos valores fundamentais da UE

Foram debatidas as [medidas de emergência adotadas na Hungria no contexto da COVID-19](#) e o seu impacto na democracia, no Estado de direito e nos direitos fundamentais, com a presença da vice-presidente da Comissão com a pasta dos Valores e Transparência, Věra Jourová. Durante o [debate](#), a maioria dos intervenientes considerou que Estado de emergência por tempo indeterminado e ameaças à liberdade de expressão são incompatíveis com os valores europeus, que a Comissão deve dar início a procedimentos de infração e Conselho avançar em relação ao [artigo 7.º do Tratado](#), e que o [financiamento da UE deve ser suspenso](#) no próximo QFP e no instrumento de recuperação. O Governo húngaro solicitara que a Ministra da Justiça pudesse participar no debate, tendo o PE [replicado com um convite ao 1.º Ministro húngaro](#) para estar presente, pois o nível de representação tradicional no plenário é de Chefes de Estado e de Governo. Este convite não foi aceite. Esta semana, surgiram [novos relatos](#) de detenções na Hungria relacionadas com publicações em redes sociais contendo críticas do Governo.

O Serviço de Estudos do PE publicou uma [nota sobre o impacto da medidas COVID-19 na democracia, no Estado de direito e nos direitos fundamentais na UE](#).

Aplicações de rastreio de contactos para combater a propagação da COVID-19

Nas [sínteses n.º 36, 37 e 38](#) referimos os desenvolvimentos mais recentes relacionados com a [recomendação](#) da Comissão Europeia para a criação de aplicações de telemóvel que permitam a rastreabilidade dos contactos para aferir da possibilidade de contágio. Esta semana, a Comissão Europeia publicou [orientações sobre a interoperabilidade](#) destas apps (cfr. ponto 2) e o PE promoveu um [debate](#) sobre esta matéria e os eventuais riscos para a proteção dos dados e a privacidade dos utilizadores.

Os Deputados [destacaram](#) que estas *apps* devem ser numa base voluntária, não discriminatória e transparente, e limitada estritamente à rastreabilidade dos contactos. Além disso, assim que a situação o permita, os dados devem ser eliminados. Complementamos esta informação dando nota de que a opção de desenvolver aplicações com base no protocolo *bluetooth* desenvolvido pela Apple e pela Google parece ser a que tem maior adesão, ainda que [surjam notícias de que essa escolha não é isenta de escolhos e controvérsia](#).

2. COMISSÃO EUROPEIA | COVID-19 | TURISMO E VIAGENS

O setor do **turismo** é um dos mais afetados pela pandemia. Representa cerca de 10% do PIB da UE e, segundo a Comissão Europeia, numa época média de verão (de junho a agosto), os residentes na UE realizam 385 milhões de viagens turísticas e gastam 190 mil milhões de EUR.

Deste modo, a Comissão [apresentou](#) esta semana um pacote de orientações e recomendações para ajudar os Estados-Membros a levantar gradualmente as restrições aplicáveis às viagens e permitir que as empresas do setor do turismo reabram, respeitando as precauções sanitárias necessárias:

- **Uma [estratégia global](#) para a recuperação em 2020 e nos anos seguintes;**
- **Uma [abordagem comum](#) para restabelecer a livre circulação** e levantar as restrições nas fronteiras internas da UE, de forma gradual e coordenada. Os Estados-Membros devem agir com base nos três critérios seguintes:
 - i) **[situação epidemiológica](#)** com base nas orientações do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC) e utilizando o [mapa regional desenvolvido pelo ECDC](#);
 - ii) a capacidade para **[aplicar medidas de confinamento](#)** durante toda a viagem, incluindo nos pontos de passagem fronteiriços;
 - iii) **[considerações económicas e sociais](#)**: prioridade em atividades essenciais e por razões pessoais.
 - Um **[quadro](#)** para **apoiar o restabelecimento gradual dos transportes**, garantindo simultaneamente a segurança dos passageiros e dos trabalhadores do setor;
 - Uma **[recomendação com vista a tornar os vales de viagem uma alternativa atrativa](#)** ao reembolso em numerário para os consumidores;
 - **[Critérios](#)** para **relançar**, de forma segura e gradual, **as atividades turísticas** e para definir **protocolos de saúde para os estabelecimentos hoteleiros**.

Destacamos as [Perguntas & Respostas sobre o pacote do turismo e viagens](#) e a ficha informativa sobre: [relançamento do setor do turismo europeu](#) e [orientações práticas para viajantes e empresas](#).

Um outro aspeto essencial é o da interoperabilidade transfronteiras das aplicações de rastreio, tendo a Comissão publicado um guia de [Perguntas & Respostas sobre estas apps](#). Os Estados-Membros, apoiados pela Comissão, definiram [orientações](#) para esta interoperabilidade, de modo a que os cidadãos possam ser alertados para uma potencial infeção pelo coronavírus também quando viajam na UE e independentemente da aplicação que estejam a utilizar.

Finalmente, e com particular relevância para setores específicos como o da aviação, a **Comissão adotou uma [segunda alteração](#) que alarga o âmbito do [Quadro Temporário](#) relativo a medidas de auxílio estatal, aprovado em 19 de março de 2020 para permitir aos**

Estados-Membros apoiar as respetivas economias no contexto do surto de coronavírus.
 Esta segunda alteração segue-se à que foi [adotada em 3 de abril de 2020](#).

3. SURE - ACORDO POLÍTICO ALCANÇADO

O [Conselho Europeu](#) do passado dia 23 de abril **endossou o pacote de medidas** proposto pelo Eurogrupo para a [resposta económica e social à crise da COVID-19](#).

Um dos vértices desta resposta é o [SURE \(Support to mitigate Unemployment Risks in an Emergency\)](#), que se trata de um instrumento de solidariedade de 100 mil milhões de EUR, com base no [n.º 2 do Artigo 122.º do TFUE](#), de natureza temporária e com o objetivo de manter os rendimentos dos trabalhadores e auxiliar as empresas em dificuldade durante a crise.

Esta semana, após negociações intensas, mas invulgarmente rápidas para os padrões da UE, **foi alcançado um acordo político sobre este instrumento**. Este Regulamento será aprovado formalmente através de procedimento escrito no dia 19 de maio e entrará em vigor assim que os Estados-Membros disponibilizarem as garantias necessárias (25 mil milhões de euros) para que o instrumento possa obter o financiamento nos mercados (até 100 mil milhões de euros). Está previsto que o SURE vigore até 31 de dezembro de 2022, podendo ser prolongado por períodos de 6 meses, por decisão do Conselho e após proposta da Comissão.

4. TRIBUNAL CONSTITUCIONAL ALEMÃO - DECISÃO SOBRE O BCE

Na [Síntese n.º 38](#), demos nota de forma desenvolvida do [acórdão](#) do Tribunal Constitucional (TC) Federal alemão relativo ao [Public Sector Purchase Programme \(PSPP\)](#)¹ do Banco Central Europeu (BCE).

Esta decisão, classificada de [bomba legal](#) pelo FT, foi amplamente discutida esta semana. O TJUE emitiu um [comunicado de imprensa](#) onde refere que nunca comenta “*uma decisão de um órgão jurisdicional nacional*”. Recorda, porém, que a jurisprudência do TJUE define que “*um acórdão proferido a título prejudicial por este Tribunal vincula o juiz nacional relativamente à solução do litígio no processo principal*” e que este Tribunal foi “*criado (...) pelos Estados-Membros para garantir a “aplicação uniforme do direito da União” e a quem atribuíram a competência exclusiva para declarar que um ato de uma instituição da União é contrário ao direito da União*”.

A Presidente da Comissão Europeia, por seu lado, [afirmou](#) que está a ser ponderado um [procedimento de infração](#) contra a Alemanha. O líder do PPE no PE, Manfred Weber, classificou o acórdão de “*erro sério*” e o Presidente do Bundestag, considerou-o “*inevitável, mas também perigoso*”.

Na comunidade jurídica, o debate também tem sido intenso, tendo o juiz do Supremo Tribunal Federal alemão, Peter Meier-Beck, afirmado que se trata de “[um ataque à UE como uma comunidade de direito legalmente constituída](#)”. Numa iniciativa rara, dois dos juízes do TC alemão concederam uma [série de entrevistas à imprensa alemã a justificar o acórdão](#) e a manifestar surpresa com a reação ao teor da decisão.

Gostaríamos de destacar, porém, a intervenção da Chanceler alemã Angela Merkel no Bundestag esta semana, em que afirmou que o acórdão obriga o Governo alemão a “*agir responsavelmente e*

¹ Programa de compra de ativos do setor público em mercados secundários, disponível [aqui](#).

de forma sábia, de modo a que o euro continue a existir”, o que deve “encorajar-nos a fazer mais na política económica para **promover uma maior integração**”. Para tal, será necessária “**uma bússola política clara, que significa alcançar uma moeda única mais forte**.” Recordou aquilo que Jacques Delors afirmara antes da introdução do euro: “**precisamos também de uma união política, a união monetária não chega**”. Concluiu, dizendo que “**Quanto mais forte for a resposta europeia neste contexto, mais confiante poderá estar o BCE na sua função**”.

5. TRANSIÇÃO DIGITAL

Acto legislativo sobre os Serviços Digitais (Digital Services Act)

A [Comissão sobre o Mercado Interno e Proteção do Consumidor \(IMCO\)](#) do PE prosseguirá, na [próxima semana](#), a discussão do [projeto de relatório](#) com recomendações à Comissão Europeia sobre o **Acto relativo aos Serviços Digitais** (DSA, no acrónimo em inglês).

Esta semana, foi noticiado que [a Comissão Europeia está a recolher informação sobre a economia das plataformas online](#) designadas de [gatekeepers](#) (e.g. Google, Apple, Amazon, i.e., com uma posição de mercado que lhe permite uma escala que limita o acesso e o respetivo desenvolvimento), tendo em vista um enquadramento regulatório *ex-ante* que se lhe aplique, no âmbito deste pacote sobre o DSA.

Na **avaliação de impacto** que a Comissão pretende realizar, foram identificadas **seis áreas**: *auto-preferência* (privilegiar os produtos da própria marca sem razão objetiva), *acesso a dados*, *assimetrias de informação*, *serviços de identidade digital*, *interoperabilidade* e *alavancagem de conglomerados*. Além disso, deverão ser identificados critérios para identificar essas plataformas como tal e as falhas existentes na regulação. O objetivo da Comissão parece ser o de edificar um quadro regulatório que garanta condições concorrenciais de partida para que este mercado digital funcione de forma justa e transparente.

Inteligência artificial

A anterior Presidência finlandesa do Conselho da UE desenvolveu um [projeto de literacia em matéria de Inteligência Artificial](#) chamado [Elements of AI](#). Trata-se de um curso grátis online, disponível [aqui](#), e que concede um [certificado](#) de proficiência em AI. O objetivo é “formar” cerca de 1% da população da UE até 2021 e, brevemente, estará disponível em todas as línguas da UE, o que poderá aumentar este nível de ambição.

6. PARLAMENTO EUROPEU - COMISSÕES

REGI- Política Regional

Teve lugar, esta semana, a [apresentação](#) do [projeto de relatório](#) do PE sobre o Fundo para a Transição Justa, em que serão vertidas as posições do PE relativas à [proposta](#) da Comissão.

O relator [Manolis Kefalogiannis](#) (PPE, Grécia) enfatiza a dimensão social deste fundo, nomeadamente a posição de alguns países (Lituânia, Letónia, Grécia) de que deve ser dirigido a uma diversidade de desafios e não apenas os relacionados com as fontes poluentes. Esta apreciação continuará nas próximas semanas, sendo um dos principais dossiês do Green New Deal.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião por videoconferência dos Ministros da Saúde

Realizada a [12 de maio](#), debateu a disponibilidade de medicamentos em toda a UE no contexto da pandemia de COVID-19, bem como o desenvolvimento de uma estratégia farmacêutica para a Europa. No final da reunião, a Presidência croata publicou um [comunicado de imprensa](#).

Reunião por videoconferência dos Ministros da Defesa

Teve lugar a [12 de maio](#), para debater a possível deterioração do ambiente de segurança nos próximos anos, e a possível necessidade de fortalecer a segurança e a defesa da UE em alguns domínios: cibersegurança, ameaças híbridas e desinformação. Os ministros analisaram as [implicações que a pandemia de COVID-19 tem na segurança e na defesa](#), nomeadamente no papel fundamental das forças armadas no apoio à sociedade civil e aos Estados-Membros. O secretário-geral da OTAN, Jens Stoltenberg, e o secretário-geral adjunto da ONU para as Operações de Paz, Jean-Pierre Lacroix, forneceram atualizações sobre as respetivas organizações.

Reunião por videoconferência dos Ministros da Agricultura e Pescas

Reuniram-se a [13 de maio](#), dedicada ao balanço das [medidas relacionadas com a COVID-19 até agora tomadas para limitar o impacto negativo](#) da pandemia nestes setores. A Comissão fez uma exposição das ações projetadas e em curso.

Reunião por videoconferência dos Ministros da Indústria e Mercado Interno

Realizou-se a [15 de maio](#), tendo a agenda sido centrada nos planos de recuperação económica da UE e no impacto disruptivo da COVID-19 na economia e no mercado interno da UE. Em particular, foi debatido: a forma de assegurar o pleno funcionamento do mercado único, a recuperação dos ecossistemas industriais europeus, o dinamismo da política industrial, incluindo formas de assegurar a autonomia estratégica da UE, o papel da transição para a economia verde e da transformação digital na recuperação.

Reunião por videoconferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros

Teve lugar a [15 de maio](#), e foi dedicada ao ponto de situação sobre o Processo de Paz do Médio Oriente e na vizinhança sul. Além disso, os Ministros trocaram impressões sobre alguns desenvolvimentos internacionais recentes, como as questões horizontais relacionadas com a COVID-19, os Balcãs Ocidentais e o Sudão.

Eurogrupo

No dia [15 de maio](#), os Ministros tiveram uma troca de impressões com a Presidente da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do PE, Irene Tinagli (S&D, Itália) e, em formato inclusivo, foi feita avaliação do progresso do pacote de resposta económica à crise da COVID-19, bem como uma troca de impressões sobre o [pacote de medidas das Comissão Europeia](#) em matéria de ajudas de Estado (cfr. ponto 2 *supra*).

8. BREXIT

O **Embaixador da UE junto do Reino Unido, João Vale de Almeida**, deu uma [entrevista de fundo](#) sobre as negociações relativas à relação futura, que importa reter.

Dado que o período de transição em vigor até 31 de dezembro de 2020 e o direito europeu se aplica no Reino Unido até lá, a [Comissão Europeia deu início a procedimentos de infração contra este país](#) por incumprimento das regras da UE em matéria de livre circulação.

Finalmente, damos nota do trabalho de grande profundidade que tem sido desenvolvido pela [Biblioteca da Câmara dos Comuns do Parlamento britânico sobre o Brexit](#). Está disponível um [serviço de subscrição](#) de uma síntese regular, que é uma fonte de informação muito útil para acompanhar este tema de forma bastante factual. Destacamos alguns dos trabalhos mais recentes, como [the progress of the EU Settlement Scheme so far](#), [What is happening in the UK-EU future relationship negotiations?](#), [The UK-EU future relationship negotiations: Transport](#) ou [The UK-EU future relationship negotiations: Level playing field](#).

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada a [trabalhos de Comissões e Grupos Políticos](#).

Comissão Europeia

A próxima reunião formal do Colégio agendada para 20 de maio, e a [programação disponível não inclui](#), de momento, as propostas de *Fundo de Recuperação Económica*, de *proposta revista para o próximo QFP 2021-27*, bem como da *atualização do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2020*. Serão apresentadas iniciativas sobre a [estratégia da UE para biodiversidade](#), a [estratégia farm to fork](#) e as [recomendações específicas por país no âmbito do semestre europeu](#).

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, incluindo o da próxima [semana](#). Reuniões:

- 18 de maio de 2020: [Videoconferência dos Ministros da Educação](#)
- 19 de maio de 2020: [Videoconferência dos ministros da Cultura](#)
- 19 de maio de 2020: [Videoconferência dos Ministros da Juventude](#)
- 19 de maio de 2020: [Videoconferência dos ministros da Economia e das Finanças](#)

Bruxelas | 15 de maio de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).